



TERMO DE REFERÊNCIA

Caracterização do(s) objeto(s) que se pretenda(m) contratar

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Natureza(s) do(s) Objeto(s)			
<input type="checkbox"/> Aquisição de Bens	<input type="checkbox"/> Obra(s) de Engenharia	<input type="checkbox"/> Locação de Bens	<input type="checkbox"/> Concessão de Bens
<input checked="" type="checkbox"/> Prestação de Serviços	<input type="checkbox"/> Prestação de Serviços de Engenharia	<input type="checkbox"/> Alienação de Bens	<input type="checkbox"/> Permissão de Bens
<input type="checkbox"/> Prestação de Serviços com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra	<input type="checkbox"/> Fornecimento e prestação de serviço associados		

Tipo(s) de Objeto(s)			
<input type="checkbox"/> Bem(ns) Comum(ns)	<input type="checkbox"/> Bem(ns) Especiais	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço(s) Comum(ns)	<input type="checkbox"/> Serviço(s) Especial(is)
<input type="checkbox"/> Obra(s) Comum(ns) de Engenharia	<input type="checkbox"/> Obra(s) Especial(is) de Engenharia		
<input type="checkbox"/> Serviço(s) Comum(ns) de Engenharia	<input type="checkbox"/> Serviço(s) Especial(is) de Engenharia		

Catálogo Eletrônico de Padronização		
<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> Sim, cfe. disponível no catálogo eletrônico de padronização	<input checked="" type="checkbox"/> Não identificado(s) e/ou localizado(s) no catálogo
<input type="checkbox"/> Descrever o motivo da não utilização do catálogo eletrônico de padronização, cfe. §2º do Art. 19 da Lei 14.133/21: Não localizado item semelhante no catálogo.		

Nº	Descrição do Item	Qtd.	Un	Preço Unit.	Preço Total
1	Locação de licença de uso do software/sistema e manutenção/suporte mensal, voltado para o gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.	12	mês	R\$ 3.363,52	R\$ 40.362,24
2	Implantação do sistema e dos dados, além de treinamento e suporte técnico.	1	un	R\$ 3.366,67	R\$ 3.366,67
Valor Total Estimado da Contratação:					R\$ 43.728,91

Condições de Entrega(s)		
Prazo de Entrega:	30 (trinta) dias a contar da autorização de compra e/ou ordem de execução de serviço, nota de empenho de despesa, ou emissão de outro instrumento hábil equivalente.	
Horários de entrega:	De segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Excepcionalmente podendo trabalhar em finais de semana e feriados.	
Local de Entrega:	Prefeitura Municipal de Imigrante Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças - SMAPF	Rua Castelo Branco, nº 15, Centro, Imigrante/RS.

Regras para Recebimento Provisório e/ou Definitivo	
Quando do recebimento provisório e/ou definitivo, o(s) fisca(is) do contrato deverão verificar se a quantidade, qualidade e pontualidade da entrega estão em consonância com a autorização de compra e/ou ordem de execução de serviço, nota de empenho de despesa, ou emissão de outro instrumento hábil equivalente.	

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica		
<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input checked="" type="checkbox"/> 90 dias, cfe. art. 26 da Lei 8.078/1990 (CDC)	<input type="checkbox"/> Outro (especificar abaixo):
a) O prazo de garantia é contado a partir do recebimento provisório, no caso de defeitos e/ou vício(s) de produto(s) e/ou serviço(s). b) Se, durante o prazo de garantia, os produtos e/ou serviços, apresentarem defeitos e/ou vícios, o fornecedor deverá substituí-los ou refazê-los no prazo de até 30 dias , a partir da comunicação por escrito. c) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o vício. d) Quando a manutenção e/ou assistência técnica não puder ser realizada nas dependências do Município, os custos de transporte (envio e retorno) serão de responsabilidade do fornecedor.		

2 PRAZO CONTRATUAL PREVISTO

<input type="checkbox"/> Não se aplica.	<input type="checkbox"/> Até 2 anos, por se tratar de SRP, comprovado o preço vantajoso, cfe. art. 84 da Lei 14.133/21	
<input checked="" type="checkbox"/> Até a conclusão de escopo predefinido, automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, cfe. art. 111 da Lei 14.133/21 (identificar período de vigência previsto ao lado)		Período vigência previsto: 12 meses – Prorrogável nos Termos da Lei Federal 14.133/2021.
<input type="checkbox"/> Até 5 anos, cfe. art. 106 da Lei 14.133/21	<input type="checkbox"/> Até 10 anos, cfe. art. 107 da Lei 14.133/21	
<input type="checkbox"/> Até 10 anos, cfe. inciso I do art. 110 da Lei 14.133/21	<input type="checkbox"/> Até 35 anos, cfe. inciso I do art. 110 da Lei 14.133/21	
Obs.: Quando o prazo for superior a 1 ano, poderá ser renovado, à critério das partes, por iguais e sucessivos períodos no limite da lei, desde que haja previsão em edital e que sejam atestadas pelo gestor do contato que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.		

3 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor total estimado: R\$ 43.728,91 (quarenta e três mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e um centavos) – Conforme planilha Valor de Referência com base na Média, em anexo.



4 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(x) Cfe. evidenciado em documento complementar disponível no processo. () Não se aplica, pois se trata de SRP.

5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar - ETP

(x) Cfe. disponível no processo () Dispensado (Dec. Munic. 2.130/23, art. 45) () Facultado (Dec. Munic. 2.130/23, art. 46)

Fundamento(s) de Fato e de Direito

Normas aplicáveis: **LEI nº 14.133/2021 | Lei nº 13.709/2018 – LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados | Art. 37 da C.F. de 1988 | LC nº 101/2000 |**

Fundamentos de Fato

O Município, com o objetivo de melhorar a gestão e a eficiência na administração tributária, busca contratar uma empresa especializada na locação de licença de uso de software para o gerenciamento do índice de participação na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Esse software tem como finalidade otimizar o controle, o processamento e a análise das informações relacionadas à arrecadação do ICMS, além de garantir que o Município esteja em conformidade com as normativas e metodologias exigidas pelos órgãos responsáveis pela distribuição desse imposto.

A contratação inclui não apenas a locação do software, mas também serviços essenciais para a plena funcionalidade do sistema, como:

- Implantação do software: Personalização do sistema para as especificidades da administração tributária municipal.
- Parametrização: Ajustes técnicos no sistema para que ele atenda de forma precisa às necessidades do Município no que tange ao ICMS.
- Treinamento aos servidores municipais: Capacitação dos servidores que farão uso do sistema, garantindo uma utilização eficiente e sem falhas operacionais.
- Suporte técnico e assessoria: Disponibilidade de suporte remoto e presencial para a solução de problemas, dúvidas e ajustes durante o período de uso.

Esses serviços são essenciais para a modernização da administração tributária municipal, visando à maior eficiência e transparência na gestão das receitas de transferências do ICMS.

Fundamentos de Direito

Princípios da Administração Pública (Art. 37 da Constituição Federal)

A contratação da empresa especializada se baseia nos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente o princípio da legalidade, que exige que todas as contratações e atos administrativos sejam realizados de acordo com a legislação vigente, e o princípio da eficiência, que visa otimizar os recursos públicos, garantindo que a contratação seja realizada de forma a alcançar os melhores resultados possíveis para a Administração Tributária Municipal.

Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações)

A contratação de empresas para serviços especializados, como no caso da locação de licença de uso de software, deve seguir as disposições da Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratações no âmbito da Administração Pública. A licitação deve observar o procedimento adequado para garantir a transparência, isonomia e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando tanto o custo quanto a qualidade dos serviços.

Responsabilidade Fiscal e Eficiência na Gestão Pública

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece diretrizes para a transparência e a gestão eficiente dos recursos públicos. A contratação do software e dos serviços especializados visa garantir que o Município possa gerenciar suas receitas de forma eficiente, permitindo um melhor controle das transferências de ICMS, contribuindo assim para o equilíbrio fiscal e a melhoria da arrecadação.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018

A Lei nº 13.709/2018, conhecida como LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), estabelece as diretrizes para o tratamento de dados pessoais em todo o território nacional. No contexto da contratação do serviço de locação de software para gerenciamento de informações do ICMS, há uma série de considerações importantes relacionadas ao tratamento de dados pessoais.

A contratação de uma empresa especializada na locação de licença de uso de software para o gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS, com os serviços de implantação, parametrização, treinamento e suporte técnico, está amparada pelos princípios constitucionais da Administração Pública, pela Lei de Licitações, e pela Lei de Inovação e Tecnologia. Essa contratação visa melhorar a eficiência, a transparência e a modernização da administração tributária municipal, atendendo aos requisitos legais e às necessidades da gestão pública.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O(S) CICLO(S) DE VIDA DO(S) OBJETO(S)

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços referente a Locação de licença de uso de software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS, com suporte técnico/assessoria (remoto e presencial), incluindo implantação, parametrização e treinamento de uso aos Servidores Municipais (Usuários), destinados ao gerenciamento das receitas de transferências do ICMS, gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS e ao atendimento das necessidades dos serviços, da modernização e da eficiência da Administração Tributária Municipal.

A contratação tem como objetivo a locação de licença de uso de software, que será utilizado para o gerenciamento das informações relativas ao índice de participação do Município na arrecadação do ICMS.



O sistema deve permitir o controle eficiente das receitas de transferências do ICMS, possibilitando a gestão integrada de dados e a automação de processos essenciais para a Administração Tributária Municipal; ser capaz de gerenciar as informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS, incluindo a análise e o cálculo das transferências; permitir o gerenciamento automatizado e eficiente das receitas provenientes do ICMS, evitando erros manuais e garantindo maior precisão nos cálculos e nas transferências; possibilitar a análise detalhada das informações relacionadas ao ICMS, facilitando a tomada de decisões baseadas em dados atualizados e precisos.

A empresa contratada deve: oferecer suporte técnico contínuo, tanto remoto quanto presencial, para solucionar eventuais problemas operacionais, técnicos ou de sistema; assegurar o correto funcionamento do sistema e o atendimento adequado às necessidades da Prefeitura Municipal implantação do software nos sistemas municipais, garantindo sua integração com os processos já existentes e sua operacionalização em conformidade com as necessidades da administração tributária; parametrizar o software de acordo com as especificidades do Município, ajustando-o às normas e procedimentos tributários vigentes.; disponibilizar treinamento adequado para os servidores municipais que utilizarão o sistema, com o objetivo de capacitá-los a utilizar todas as funcionalidades do software de maneira eficiente e correta.

Com isso, o software irá promover a modernização da gestão tributária, o que irá melhorar a transparência e confiabilidade nas informações, tanto para a administração pública quanto para os cidadãos e contribuintes.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ESPECIFICAÇÃO DO ITEM)

Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

O prazo para início da prestação dos serviços, é de 5 dias, e o prazo de vigência do contrato será de 12 meses, e posteriormente poderá ser prorrogado por igual e sucessível período, nos termos da Lei.

A justificativa para a exigência de certidão ou atestado, nos termos do § 5º do art. 67 da Lei 14.133/2021, especialmente em se tratando de serviços contínuos, pode ser fundamentada em diversos aspectos relacionados à qualificação técnica, segurança jurídica e interesse público. O parágrafo em questão permite que o edital estabeleça exigências que comprovem a experiência do licitante, garantindo que o prestador tenha competência para executar serviços contínuos de maneira eficiente e dentro dos parâmetros exigidos. Considerando que o serviço a ser contratado é de extrema importância para o Município; que exige um altíssimo grau de sigilo das informações; que é de extrema necessidade de que a licitante vencedora possua experiência e seja consolidada na prestação dos serviços a serem contratados. Desta forma, justifica-se a exigência técnica supracitada.

Para fins de habilitação, no que fiz respeito a qualificação técnica, o Edital deverá exigir atestado, certidão ou documentação hábil, que comprove que a licitante executou serviços similares ao objeto da licitação, pelo período mínimo de 2 (dois) anos. Conforme o Art. 67, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, que diz:

"Art. 67, § 5º, Lei Federal nº 14.133/2021 - Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos."

- REQUISITOS DO SOFTWARE:

- O sistema a ser contratado deverá operar em plataforma Web, ser multiusuários, multitarefas, integrados, utilizando base única e possuir compatibilidade com múltiplos navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome) e sistemas operacionais (Windows e Linux);
- Ter compatibilidade aos equipamentos (servidores, estações, periféricos, rede física) e sistemas operacionais (Windows e Linux);
- Permitir a exportação dos dados em formato portátil de documento (PDF), planilha eletrônica (EXCEL) e texto (TXT); e ter manutenção e atualizações do sistema por conta da CONTRATADA;
- Deverá possibilitar a importação das informações que compõe o Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município, das empresas modalidade categoria Geral, Simples Nacional e da Produção Primária, disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS e pela Receita Federal do Brasil – RFB;
- Permitir a importação dos dados declarados por contribuintes com sede em outros Municípios por meio do Anexo XVI da GIA disponibilizados pela SEFAZ/RS. Possibilidade de calcular e gerenciar os incentivos, permitindo calcular e projetar o retorno financeiro de cada empresa;
- Importação das informações cadastrais e financeiras, históricos e outras informações de exercícios anteriores;
- Importações dos arquivos fornecidos pela Fazenda Estadual contendo as informações das administradoras de cartão de crédito e débito que mantenham operação no Município, com posterior Cruzamento do faturamento declarado pelas empresas. Possibilidade de customização conforme necessidades específicas relativas ao Município de Guaíba que possam surgir ao longo do contrato e conforme atualizações legais e de procedimentos contábeis e tributários adotados pelos entes federativos;
- Treinamento e capacitação dos servidores municipais;
- A licitante deverá dispor, durante o horário de expediente do Município, de forma remota, técnicos das devidas áreas, para o pronto atendimento e/ou encaminhamento das soluções de problemas relacionados a toda sistemática implantada;
- A licitante deverá disponibilizar, no prazo de até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, dados técnicos necessários à alimentação do sistema;

- DOS MÓDULOS E FUNCIONALIDADES DO SISTEMA/SOFTWARE:

- Gestão do Índice de Participação dos Municípios: permitir a importação das informações que compõe o Valor Adicionado Fiscal – VAF do Município, das empresas modalidade categoria Geral, Simples Nacional e da Produção Primária, disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS e pela Receita Federal do Brasil – RFB.
- Análise das Guias de Informações e Apuração do ICMS – GIA: permitir a importação dos dados das GIAs dos contribuintes categorias



Geral, disponibilizadas pela SEFAZ/RS, com validação e geração de indícios ou inconsistências com detalhamento por Códigos Fiscais de Operações e Prestações – CFOP e respectivo enquadramento legal.

- Simples Nacional: permitir a captação dos dados das empresas enquadradas no regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Simples Nacional, por meio da importação das informações da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais-DEFIS e do Programa Gerador de Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório - PGDAS-D entregues pelos contribuintes à Receita Federal do Brasil.
- Produção Primária: permitir a importação dos dados da produção primária do Município, por meio das informações dos registros de operações da Nota Fiscal Eletrônica (Extrato PPR) e Sitagro (Pubpro e PubDef), disponibilizados pela SEFAZ/RS com posterior geração de relatórios de inconsistências, acompanhamento do VAF e projeções de retorno de cada inscrição.
- Análise do Anexo XVI da GIA, permitir a importação dos dados declarados por contribuintes com sede em outros Municípios por meio do Anexo XVI da GIA disponibilizados pela SEFAZ/RS. Comunicação de Verificação de Indícios – CVI: permitir a geração de CVI, por meio das informações oriundas das empresas categorias Geral e Simples Nacional de forma automatizada. Incentivos: módulo com possibilidade de calcular e gerenciar os incentivos, permitindo calcular e projetar o retorno financeiro de cada empresa.
- Relatórios: permitir a geração de relatórios e exportação dos dados em formato portátil de documento (PDF), planilha eletrônica (EXCEL) e texto (TXT).
- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE): módulo que possibilite a importação das informações da NFSE (via arquivo CSV), com posterior emissão de relatórios.
- Cartões de Crédito e Débito: importações dos arquivos fornecidos pela Fazenda Estadual contendo as informações das administradoras de cartão de crédito e débito que mantenham operação no Município, com posterior Cruzamento do faturamento declarado pelas empresas. Possibilidade de customização conforme necessidades específicas relativas ao Município de Guaiaba que possam surgir ao longo do contrato e conforme atualizações legais e de procedimentos contábeis e tributários adotados pelos entes federativos.

- DO PRAZO DE EXECUÇÃO/IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

A execução dos serviços e fornecimento do sistema deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de serviço/ordem de compra, empenho ou qualquer instrumento equivalente. Compreende a execução inicial dos serviços, os seguintes pontos:

- Fornecimento, instalação e implantação do Sistema de Informática (Software);
- Importação das informações cadastrais e financeiras, históricos e outras informações de exercícios anteriores.
- Entende-se por implantação a parametrização do sistema, treinamento e capacitação de pessoas, importação dos dados do sistema AIM, cadastro das Empresas e Produtores Rurais fornecidos pela Receita Estadual do Rio Grande do Sul e PGDAS D e DEFIS disponibilizados pela Receita Federal do Brasil.

- DO TREINAMENTO DO SISTEMA/SOFTWARE:

- A CONTRATADA deverá dispor, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, de forma remota, técnicos das devidas áreas, para o pronto atendimento e/ou encaminhamento das soluções de problemas relacionados a toda sistemática implantada.
- A CONTRATANTE deverá disponibilizar, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da ordem de compra, dados técnicos necessários à alimentação do sistema.
- A CONTRATANTE deverá disponibilizar o treinamento para implantação presencial.

- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Instalação, manutenção e atualizações do sistema, com seus processos e procedimentos descritos na geração e controle do IPM;
- Disponibilizar durante a implantação um técnico de forma presencial para acompanhamento do processo e demandas junto a Prefeitura;
- Realizar ações de suporte periódicas de apoio e auxílio da Receita Municipal nas definições de estratégias e ações a serem realizadas pela equipe da Supervisão de Fiscalização de Transferências Constitucionais com foco no aprimoramento do software, incremento da arrecadação e redução da evasão fiscal;
- Ministrar treinamento do sistema para o respectivo corpo técnico da Receita Municipal;
- Prestar assessoramento, durante toda a vigência do contrato, à equipe da Supervisão de Fiscalização de Transferências Constitucionais nas questões relativas ao sistema de Gestão ao Índice de Participação, aos assuntos do Simples Nacional e as importações referentes às informações de cartões de crédito.

- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, nas condições e termos deste contrato.
- Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos serviços contratados que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.
- Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato sob todos os aspectos, relatando as irregularidades, quando for o caso.
- Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis.

- DO SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL E REMOTO:

- A CONTRATADA deverá disponibilizar todo suporte técnico necessário, de forma remota, para salientar dúvidas a cerca da implantação, utilização e treinamento do software, além de outras dúvidas que possam surgir durante a vigência do contrato.
- A CONTRATADA deverá disponibilizar o atendimento presencial, sendo 1 (uma) visita mensal, para apresentação de relatórios e



debate com os setores envolvidos, se necessário, excepcionalmente, visitar mais de 1 (uma) vez ao mês, quando solicitado pela CONTRATANTE.

- DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E/OU EMPRESARIAIS E CONFORMIDADE COM A LGPD:

- A empresa contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no que se refere ao tratamento de dados pessoais, garantindo a segurança, a privacidade e a proteção das informações dos cidadãos e servidores municipais no uso do software de gerenciamento das informações do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS.
- A empresa contratada será responsável pelo tratamento dos dados pessoais que possam ser coletados, processados, armazenados e compartilhados no âmbito da execução do contrato, conforme as finalidades previstas para o gerenciamento das receitas de transferências do ICMS. A empresa deverá garantir que qualquer operação realizada sobre os dados esteja em conformidade com a LGPD, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, entre outros estabelecidos pela legislação.
- A empresa contratada deverá adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas, alterações, divulgações ou qualquer outra forma de tratamento inadequado. Tais medidas incluem, mas não se limitam a, criptografia, autenticação, controle de acesso e auditorias regulares.
- A empresa contratada se compromete a não compartilhar, transferir ou divulgar dados pessoais a terceiros, salvo mediante autorização expressa do Município ou quando requerido por autoridade competente, conforme previsto pela LGPD. Em casos de compartilhamento, deverá ser garantido que os terceiros também cumpram as disposições da LGPD.
- A empresa contratada deverá proporcionar treinamento adequado aos servidores municipais que utilizarão o sistema, no que diz respeito às boas práticas de proteção de dados pessoais e à conscientização sobre a LGPD, de forma a garantir que o uso do software esteja em conformidade com a legislação vigente.
- O Município poderá realizar auditorias periódicas para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula e na LGPD, sem prejuízo da fiscalização regular do contrato. A empresa contratada deverá fornecer todas as informações necessárias e colaborar plenamente para a realização dessas auditorias.
- Em caso de violação de dados pessoais, a empresa contratada deverá comunicar imediatamente ao Município e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme os prazos e as obrigações estabelecidas pela LGPD. A empresa deverá adotar medidas corretivas para mitigar os danos decorrentes da violação e colaborar na investigação dos fatos.
- Ao término da execução do contrato, ou em caso de rescisão antecipada, a empresa contratada deverá proceder com a exclusão definitiva dos dados pessoais processados no âmbito do contrato, salvo se houver outra obrigação legal que determine a manutenção dos dados.
- O descumprimento das disposições desta cláusula poderá acarretar sanções administrativas e contratuais, incluindo a rescisão do contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas pela LGPD e pela legislação vigente.

8 INDICAÇÃO(ÕES) DE MARCA(S) E NECESSIDADE DE AMOSTRA E/OU TESTE DE CONFORMIDADE

<input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> Proc. Adm. de Pré-Qualificação:	XX.XXX/XXXX	<input type="checkbox"/> Proc. Adm. de Vedação de Marca:	XX.XXX/XXXX
<input type="checkbox"/> Sim (Justificar itens e escolhas das marcas abaixo):				

9 EXECUÇÃO DO OBJETO

<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> Bem de pronta-entrega	<input type="checkbox"/> Fornecimento e prestação de serviço associado
<input type="checkbox"/> Contratação por tarefa	<input type="checkbox"/> Contratação integrada	<input type="checkbox"/> Contratação semi-integrada
<input type="checkbox"/> Empreitada por preço unitário	<input type="checkbox"/> Empreitada por preço global	<input type="checkbox"/> Empreitada integral
<input checked="" type="checkbox"/> Outro (Especificar abaixo): Prestação de serviços.		

10 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

<input type="checkbox"/> Não se aplica.	<input checked="" type="checkbox"/> Cfe. descrito abaixo:
a) O Município exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora, por meio do(s) gestor(es) e/ou fiscal(is) indicados.	
b) Todas as comunicações realizadas entre os gestores e/ou fiscais de contrato(s) e o(s) preposto(s) da(s) empresa(s) contratada(s) e/ou detentor da proposta mais vantajosa em ata de registro de preços serão consideradas como regularmente feitas se enviadas por e-mail (preferencialmente), disponibilizada por meio de aplicativos de mensagem eletrônica (Whatsapp®, Telegram®, Signal®, entre outros), entregues pessoalmente, ou ainda, mediante correspondência registrada.	
c) A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.	
d) A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) empresa(s) contratada(s) e/ou detentor da proposta mais vantajosa em ata de registro de preços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas durante a execução deste contrato.	
Obs.: As definições quanto as atividades de gestão e fiscalização de contrato, bem como de fiscalização técnica, fiscalização administrativa e fiscalização setorial estão previstas nos incisos V à IX do art. 2º do Decreto Municipal 2.130/23. Já as atribuições de gestor(es) e/ou fiscal(is) de contrato(s) estão dispostas nos arts. 20 à 26 do Decreto Municipal 2.130/23.	

Designação do(s) Gestor(es) e/ou Fiscal(is) de Contrato(s)
<input checked="" type="checkbox"/> Cfe. disponível no processo, visto que o(s) gestor(es) e/ou fiscais de contrato(s) estão identificados no termo de designação específico.



11 CRITÉRIOS DE MEDICÃO E PAGAMENTO

<input type="checkbox"/> Não se aplica
<input checked="" type="checkbox"/> Em caso de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços , atestado o recebimento provisório do objeto pelo(s) fiscal(is), o pagamento se dará em até 10 dias úteis da entrega da nota fiscal e/ou de documentos complementares ao setor contábil
<input type="checkbox"/> Em caso de Obras e Serviços de Engenharia , cfe. cronograma físico-financeiro disponível no processo
<input type="checkbox"/> Outro (Especificar abaixo):

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Aquele que apresentar a proposta que atenda aos requisitos e informações constantes na fase preparatória e, desde que ao final, considerando o critério informado abaixo, seja considerada a proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço	<input type="checkbox"/> Maior desconto	<input type="checkbox"/> Técnica e Preço
<input type="checkbox"/> Melhor Técnica	<input type="checkbox"/> Melhor Conteúdo Artístico	<input type="checkbox"/> Maior Retorno Econômico

Exigência(s) de Qualificação(ões) Técnica(s) do(s) Fornecedor(es) e/ou Objeto(s)

<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, cfe. detalhado abaixo
Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de que a empresa licitante executou serviços de complexidade equivalente ou compatível ao objeto dessa licitação;	

Exigência(s) de Qualificação Econômico-financeira(s)

<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, cfe. detalhado abaixo
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 dias da data designada para a apresentação do documento;	

13 FRACIONAMENTO INDEVIDO DE DESPESAS E CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

☒ **FOI(RAM) ANALISADA(S)** à(s) divisibilidade(s) de todo(s) o(s) objeto(s) e **CONSTATAMOS QUE NÃO HÁ**, em virtude das transações realizadas pelo Município, contratações que caracterizem **FRACIONAMENTO INDEVIDO DE DESPESAS E/OU CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS** administrativos.

14 CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÕES

<input checked="" type="checkbox"/> Pública, cfe. Art. 8º da Lei 12.527/2011	<input type="checkbox"/> Reservada, cfe. Inciso III do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011
<input type="checkbox"/> Secreta, cfe. Inciso II do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011	<input type="checkbox"/> Ultrasecreta, cfe. Inciso I do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011

Imigrante, 17 de fevereiro de 2025.

EDSON ADILSO HECK

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
SMAPF